



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

1ª Sessão Extraordinária do Plenário Virtual – 14.07.2021

Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00348/2021-20

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Pernambuco

Advogado: Isabela Lins de Carvalho – OAB/PE nº 22213

Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Anulação da Resolução PGJ nº 05/2021 – MPPE. Programa de assistência à saúde suplementar, sob a forma de auxílio de caráter indenizatório, por meio de reembolso. Determinação para demonstração da dotação orçamentária para o pagamento do “auxílio saúde”. Pedido liminar.

Presidente da Sessão: Humberto Jacques de Medeiros – Presidente, em exercício

Decisão: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o pedido, não identificando quaisquer ilegalidades praticadas pela autoridade requerida quando da edição da Resolução PGJ nº 05/2021 do Ministério Público do Estado de Pernambuco, mantendo, *in totum*, o conteúdo da aludida norma, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, o Presidente do CNMP, Antônio Augusto Brandão de Aras e, em razão da vacância do cargo, um dos representantes do Ministério Público Estadual, o representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o representante indicado pelo Supremo Tribunal Federal, o representante indicado pelo Senado Federal e o representante indicado pela Câmara dos Deputados.

Ronise Falcão Loureiro Rego
Analista Jurídico